

## "Portugal e o Plano Marshall em 1949-50" in A Província de Angola (9 Julho 1949)

**Source:** A Província de Angola. dir. de publ. Correia de Freitas, António. 09.07.1949. Angola.

**Copyright:** All rights of reproduction, public communication, adaptation, distribution or dissemination via Internet, internal network or any other means are strictly reserved in all countries.

The documents available on this Web site are the exclusive property of their authors or right holders.

Requests for authorisation are to be addressed to the authors or right holders concerned.

Further information may be obtained by referring to the legal notice and the terms and conditions of use regarding this site.

**URL:** [http://www.cvce.eu/obj/"portugal\\_e\\_o\\_plano\\_marshall\\_em\\_1949\\_50"\\_in\\_a\\_provincia\\_de\\_angola\\_9\\_julho\\_1949-pt-4c1601a5-b2cb-40a9-b816-3a8e60708d10.html](http://www.cvce.eu/obj/)

**Publication date:** 19/09/2012

## Portugal e o Plano Marshall em 1949-50

O relatório do sr. Paulo G. Hoffman, administrador do Plano Marshall, sobre Portugal, publicado com data de 14 de Fevereiro último e que acaba de ser-me enviado de Washington por mão amiga, não é nada animador para os que dele fiavam a obtenção de vastos recursos para completar o nosso equipamento em bens de produção e suprir a nossa falta de bens de consumo.

Apesar de se protestar mais uma vez a simpatia do Governo americano pelo povo e pelo Governo de Portugal, e de se referir que, em 1948-49, só por pedirmos tarde não foi possível beneficiarmos das vantagens do referido Plano, o pedido que fizemos para 1949-50 foi reduzido a 10%.

Para esse ano calculámos e declaramos como nosso «défice» em ouro e dólares o de \$100,6 milhões. E foi isso que pedimos, sendo \$54,7 milhões de auxílio indirecto e \$45,9 milhões de auxílio directo.

Este último parece que foi ampliado, mais tarde, para \$63,4 milhões, o que suscitou reservas no relatório de que me ocupo.

O *European Recovery Programm* examinou o pedido de Portugal estudando a situação económica e financeira do país e os números da importação e exportação estimados para 1949-50, bem como o cálculo do balanço de pagamentos para o mesmo ano, e reduziu esse «défice» de 25 a 30 milhões de dólares. Para isso efectuou cortes drásticos nas importações projectadas, partindo do princípio de que as nossas substituições principais de equipamento que não tinham sido possíveis, durante a guerra, devem considerar-se como feitas desde 1945 para cá, acrescentando que várias outras importações feitas, nesse período, contribuíram também de modo efectivo para o desenvolvimento económico do país.

Para cobrir esse déficit, assim reduzido, a E.C.A. entendeu que Portugal pode fazê-lo ainda na maior parte com os seus recursos.

Na verdade, Portugal que dispunha, em Junho de 1947, de 376 milhões em ouro e dólares calculou que, em Julho próximo, terá essas disponibilidades reduzidas de 160 a 170 milhões. Como a garantia monetária obrigatória do Banco Emissor é de \$143 milhões, ficam-nos ainda uns 27 milhões com que poderemos parcialmente cobrir o «défice» depois de reduzido.

E assim foi calculado que um auxílio de 10 milhões da E.C.A. nos permitirá equilibrar, em 1949-50, a situação. Esse auxílio destinar-se-á a aumentar as exportações de Portugal e das colónias de artigos necessários aos países participantes do plano, tais como alimentos, minérios de ferro de alto teor, crómio e manganês, e para reduzir as importações portuguesas de certos artigos, como alimentos e combustíveis que se acham, agora, em fornecimento moderado.

Claro que não obstante sermos aconselhados à conformação, no relatório não deixa de assinalar-se que Portugal continua sendo um dos países europeus de mais baixo rendimento. A falta de números oficiais a respeito dela não é possível fazer a demonstração minuciosa disso.

Mas não há dúvida de que *per capita* em anos normais Portugal é um dos países do Ocidente de mais reduzido rendimento, com excepção, talvez da Espanha, afirma-se no relatório.

Não obrigaria o reconhecimento pela E.C.A. desta situação, bem desagradável e desconfortável para os portugueses, a conceder-se a Portugal meios de a melhorar?

Não estamos nós empenhados em um grande esforço de electrificação e industrialização do País? Não poderíamos com recursos para isso, elevar muito a produção colonial, apetrechando economicamente os nossos territórios ultramarinos e pondo-os a contribuir, em grande escala, para alimentar e abastecer de matérias-primas os outros países do Ocidente europeu?

Dizer que estão feitas as substituições essenciais de equipamento na Metrópole portuguesa retardada pela

guerra é absolutamente exagerado. E ninguém o sabe melhor do que os Estados Unidos, que passaram nos últimos quatro anos a ser o nosso primeiro fornecedor mas que nos forneceram “mesmo na classe da maquinaria e aparelhagem muita coisa desnecessária e supérflua que em nada contribuiu para o apetrechamento indispensável de um país cujo desenvolvimento económico estava e continua longe de considerar-se satisfatório.

De resto, como os Estados Unidos foram chamados à Conferência Internacional de Transportes e Comunicações Africanas e realizar-se proximamente e por nossa iniciativa, em Lisboa, os seus delegados terão ocasião de ver que, se temos feito muitíssimo pela civilização do continente negro, realizando obras muito dispendiosas em favor de outros países, muito mais poderemos e deveremos fazer para o aparelhamento da África portuguesa, e pelo que respeita a portos e caminhos de ferro principalmente, para o serviço dos outros países africanos, como a União, a Rodésia, Congo Belga, etc.

*NUNO SIMÕES*